

Secretário-geral da AMB participa do lançamento da Demografia Médica de SP, que revela radiografia inédita da Medicina



A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), a Associação Paulista de Medicina (APM) e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) divulgaram nesta quarta-feira (10), o **estudo Demografia Médica do Estado de São Paulo 2026 (DMSP)**, levantamento inédito que descreve com profundidade o perfil, a distribuição e as tendências da força de trabalho médica nos 17 Departamentos Regionais de Saúde (DRS).

Estiveram presentes José Antonio Gonçalves, presidente da APM, **Dr. Florisval Meinão, secretário-geral da Associação Médica Brasileira (AMB)**, professor e coordenador do estudo e professor do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, Mário Scheffer, Dr. José Luiz Gomes do Amaral, assessor do Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, o Dr. Eleuses Vieira de Paiva, representando o secretário no evento, Dr. Roger Chamas, médico e professor da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) representando a diretora da instituição. Dra. Eloisa Bonfá, e diversas entidades e autoridades médicas.

Segundo Mário Scheffer, a iniciativa surge para fortalecer o planejamento em saúde com base em evidências. “A Demografia Médica de São Paulo surge com o propósito de fornecer evidências científicas para orientar políticas públicas. Com isso, busca aproximar os médicos das necessidades da população e dos serviços existentes, considerando as características sociais, econômicas e sanitárias singulares de cada região do estado”, afirma.

Segundo o secretário-geral da AMB, Florisval Meinão **ao olhar esses** números, é possível traçar políticas públicas de saúde mais eficazes. Isso também orienta as entidades médicas – como a AMB e a APM – a formularem suas políticas em defesa do trabalho do médico e da qualidade da assistência à população. “É um estudo extremamente valioso, porque traz dados importantes para todo o cenário da saúde no país”, comentou.

Porém ele faz um alerta: “A demografia trouxe informações extremamente preocupantes. Uma delas é que o número de médicos no Estado de São Paulo já é equivalente ao dos países mais desenvolvidos, com cerca de 4,2 médicos por 1.000 habitantes. Portanto, não há mais necessidade de aumentar esse contingente no estado. No entanto, dentro de dez anos, teremos um cenário ainda mais crítico: serão cerca de dez médicos para cada mil habitantes”, apontou Meinão. Segundo ele, não haverá trabalho para todos. A AMB terá de defender esses profissionais e encontrar soluções para um mercado que não conseguirá absorvê-los.

Crescimento acelerado da oferta de médicos

O estudo estima que, até o fim de 2025, São Paulo contará com cerca de 197 mil médicos, com projeções que indicam um salto para 235 mil em 2030 e 340 mil até 2035. A razão de médicos por mil habitantes deve subir de 4 para 7 no período. Apesar do crescimento, persistem desigualdades territoriais. Em 2025, Ribeirão Preto tem 5,2 médicos por mil habitantes, enquanto Registro conta com 2,1.

Especialistas x generalistas: mudança no perfil profissional

O levantamento revela que 60% dos médicos paulistas são especialistas – cerca de 117,7 mil profissionais – concentrados principalmente na Grande São Paulo (57%) e na região de Campinas (10%). Por outro lado, o número de médicos generalistas cresce em ritmo acelerado. São hoje 80 mil, representando 40% da força de trabalho, proporção que era inferior a 25% no ano 2000.

Esse fenômeno está diretamente relacionado à expansão do ensino privado de Medicina e à

insuficiência de vagas de Residência Médica (RM). Em uma década, foram abertos 40 novos cursos, totalizando 87 escolas médicas no estado – das quais 92% são privadas. O presidente da APM, Antonio José Gonçalves, alerta para os impactos desse cenário. “A abertura indiscriminada de cursos de Medicina e o crescimento acelerado do número de médicos generalistas, uma vez que não há vagas de Residência Médica para todos, são uma grande preocupação da APM e de todo o movimento associativo”, afirma.



O secretário da AMB aponta também para um outro dado alarmante da pesquisa. 40% dos médicos do estado não possuem título de especialista. Segundo Florisval, considerando que em breve teremos um número mais do que suficiente de profissionais, não haverá emprego para médicos generalistas. Isso também se tornará um problema, e as entidades representativas precisarão buscar alternativas para esses colegas.

“A AMB trabalha no sentido de ampliar a formação de especialistas no país, mas essa adaptação não acontecerá no curto prazo. Temos, portanto, um cenário preocupante à frente: de um lado, a necessidade de garantir qualidade na formação; de outro, o excesso de médicos sem especialização ingressando em um mercado que não poderá contemplá-los ao longo de sua vida profissional”, finalizou.

Feminização e rejuvenescimento da Medicina

A profissão também passa por forte transformação demográfica. As mulheres já representam 52% dos médicos em 2025 e devem chegar a 70% na próxima década. Elas predominam em 22 das 55 especialidades, com presença acima de 60% em Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, e Medicina de Família e Comunidade. A idade média também caiu: um terço dos médicos paulistas tem 35 anos ou menos.

Setor privado concentra cirurgões e reduz disponibilidade no SUS

Outro destaque do estudo é a análise sobre a atuação dos cirurgiões. Com 40% da população paulista coberta por planos de saúde, o setor privado exerce forte atração sobre esses profissionais. A pesquisa mostra que quase 70% dos cirurgiões trabalham simultaneamente nos setores público e privado (modelo de dupla prática). Outros 26% atuam exclusivamente na rede suplementar, enquanto menos de 7% dedicam-se apenas ao SUS. Esse cenário, segundo os pesquisadores, compromete a disponibilidade de especialistas para a população que depende exclusivamente da saúde pública.

Sobre o estudo

A Demografia Médica do Estado de São Paulo (DMSP) é um recorte da pesquisa nacional Demografia Médica no Brasil, desenvolvida há 15 anos pelo Departamento de Medicina Preventiva

da FMUSP. O trabalho tem apoio do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP) da Fapesp e parceria da APM e da SES-SP. A publicação apresenta dados detalhados sobre formação, distribuição, vínculos, tendências e características dos médicos atuantes nos 17 DRS, oferecendo uma base inédita para decisões estratégicas em saúde.

[Clique aqui](#) e confira a pesquisa completa.

Presidente da AMB debate critérios e impactos da transferência de médicos do Mais Médicos em audiência pública no Senado

O presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), **César Eduardo Fernandes** participou, na tarde desta quarta-feira (10), de audiência pública na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal para discutir os critérios e impactos da proposta do Ministério da Saúde que prevê a transferência de médicos bolsistas do Programa Mais Médicos pelo Brasil (PMpB) para o projeto Mais Médicos.

O debate, solicitado pelo senador Dr. Hiran Gonçalves, ocorreu no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Anexo II, e reuniu representantes de entidades médicas e do próprio Ministério da Saúde. O objetivo foi avaliar os fundamentos do Chamamento Público previsto no Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, bem como seus efeitos práticos, legais e assistenciais para a atenção primária em saúde nos municípios brasileiros.

Segundo a AMB, a alteração proposta pelo edital pode gerar insegurança jurídica e comprometer a continuidade do atendimento à população, especialmente em regiões que dependem diretamente desses profissionais. A entidade reforçou, durante a audiência, a necessidade de critérios transparentes, alinhados à legislação e à política nacional de provimento médico, além de preservar as condições adequadas para o exercício profissional.

Também foram discutidos os impactos da medida sobre a qualificação dos médicos, incluindo a relação com as avaliações para concessão do Título de Especialista em Medicina da Família e Comunidade (TCMFC), promovidas pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC).

[Durante a audiência](#), os convidados reforçaram a importância de que qualquer alteração no modelo do Mais Médicos preserve a qualidade da assistência, a segurança dos pacientes e a valorização adequada dos profissionais que atuam na linha de frente da atenção primária.

Além do presidente da AMB, participaram do debate, entre outras autoridades:

- **Fabiano Gonçalves Guimarães**, presidente da SBMFC;
- **Carlos Eugênio Machado Camacho**, presidente da Associação de Médicos pelo Brasil (AMPB);
- **Jérzey Timóteo Ribeiro Santos**, secretário adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde
- **Felipe Proença**, **secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde** (SGTES) no Ministério da Saúde (MS).

Confira no vídeo abaixo a participação do presidente da AMB.

Exame de Proficiência: PL defendido pela AMB sai de pauta para revisão de oito emendas

Nesta quarta-feira (10), o [PL 2294/2024](#), defendido pela Associação Médica Brasileira (AMB) e outras entidades médicas e que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, foi retirado de pauta pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para análise de oito emendas, solicitada pelo senador Hiran Gonçalves, relator do projeto.

As emendas, apresentadas pelo senador Rogério Carvalho, promovem uma reorganização do marco legal da avaliação da formação médica no Brasil ao estabelecer formalmente, o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) como avaliação obrigatória e semestral aplicada pelo Ministério da Educação a todos os estudantes de Medicina.

As propostas também redefinem os efeitos profissionais do exame, estabelecendo como requisito para inscrição nos Conselhos Regionais de Medicina a obtenção de resultado satisfatório na segunda etapa do Enamed.

Também fica estabelecida a meta de ampliação das vagas de residência para, no mínimo, 75% dos egressos anuais, a ser alcançada até 2035 pelo plano conjunto dos Ministérios da Educação e da Saúde. A matéria retornará à pauta após a análise das emendas apresentadas.

Apoio da da AMB ao PL

Em dezembro de 2024, a AMB publicou uma [carta](#), junto às suas Federadas e Sociedades de Especialidades Médicas, em apoio total ao projeto de Lei que estabelece obrigatoriedade do Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Para as entidades, se faz necessário adotar medidas que garantam a formação teórica, bem como a prática e a ética profissional, necessárias para o exercício de uma medicina de qualidade.

Fonte: [AMB](#), em 10.12.2025.